

LÍNGUA PORTUGUESA | SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA SALA

OLÁ, PROFESSOR(A)!

A série Na prática foi desenvolvida de professor para professor para tornar seu dia a dia mais dinâmico e produtivo no Ensino Médio. Elaborada especialmente por nossos autores, a série será disponibilizada periodicamente para todas as disciplinas na plataforma Modernamigos. Tudo para garantir nosso compromisso com a aprendizagem e com você!

Este conteúdo foi elaborado por **Maria Luiza e Bernadete Abaurre**



Bernadete Abaurre é mestre em Linguística pela Unicamp e doutora em Filosofia.

Maria Luiza M. Abaurre é graduada em Letras e mestre em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Proposta de Redação 1

Tema da proposta:

Ingresso e permanência na universidade pública

O tema “A importância do ingresso e da permanência de grupos minoritários na universidade pública” requer dos estudantes a elaboração de um texto que aborde a relevância da inclusão e da garantia de permanência desses grupos no ambiente universitário.

Ao analisar a frase temática, identificam-se alguns conceitos fundamentais que devem ser compreendidos pelos estudantes. O primeiro deles é o conceito de grupos minoritários. No contexto da proposta, não se está discutindo o ingresso e a permanência de qualquer indivíduo na universidade pública, mas sim de grupos específicos. O texto I tem o objetivo de esclarecer e contextualizar esse conceito, que se refere a segmentos da sociedade historicamente marginalizados. Já o texto II especifica em lei quais grupos minoritários são esses, qual a proporção de vagas a ser reservada para eles nas universidades públicas. O que está em questão, segundo a lei, é a garantia ao ingresso de grupos minoritários em cursos universitários.

O próximo termo de interesse para a discussão é “permanência” [na universidade]. É importante os estudantes saberem que a permanência na universidade, no caso dos grupos minoritários, diz respeito à possibilidade de o estudante universitário se manter financeiramente ao longo do curso e completar seus estudos. Isso pode exigir, por exemplo, algum tipo de apoio financeiro. Também é necessário garantir suporte acadêmico e emocional; promover sua adaptação ao ambiente universitário; criar mecanismos para auxiliar a superação de dificuldades acadêmicas, entre outras ações.

A análise dos conceitos convocados na frase temática (grupos minoritários, ingresso e permanência) leva à explicitação da situação-problema apresentada no tema: se grupos minoritários têm dificuldades para ingressar na universidade pública, sua permanência nos cursos universitários também é algo que precisa ser garantido.

Espera-se que os estudantes percebam como a universidade pode mudar a vida e o entorno de pessoas menos favorecidas, como destaca o texto III. O acesso à universidade, para as minorias sociais, muitas vezes não é um plano individual, mas de toda a família.

O texto IV apresenta gráficos com dados da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas-SP) para exemplificar o impacto de políticas afirmativas de ingresso em uma universidade pública no Brasil: em um período de cinco anos (de 2017 a 2022), houve um aumento de 91% de estudantes cotistas (indígenas, pardos e negros) matriculados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação dessa universidade. As informações apresentadas refletem o impacto positivo da lei de cotas (texto II), crucial para garantir que grupos minoritários tenham acesso justo e igualitário às universidades públicas.

Após a leitura dos textos motivadores, espera-se que os estudantes façam uma análise que destaque a importância e os desafios associados à inclusão e à permanência de grupos minoritários nas universidades públicas, além de elaborarem uma proposta de intervenção que sugira meios para garantir a permanência dos grupos minoritários nos cursos em que ingressam.

BNCC em foco

Competências gerais

CG1, CG4, CG7.

Competências específicas

CE1: EM13LGG101, EM13LGG102, EM13LGG104.

CE3: EM13LGG301, EM13LGG302, EM13LGG303, EM13LGG304, EM13LGG305

CE4: EM13LGG402.

Habilidades

EM13LP01, EM13LP02, EM13LP04, EM13LP05, EM13LP12, EM13LP15, EM13LP26, EM13LP27.

Proposta de Redação 1

Texto I

[...]

Minorias são grupos marginalizados dentro de uma sociedade devido aos aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos ou religiosos. Porém, o termo não deve ser associado a grupos em menor número em uma sociedade, mas, sim, ao controle de um grupo majoritário sobre os demais, independente[mente] da quantidade numérica.

As minorias sociais são as coletividades que sofrem processos de estigmatização e discriminação, resultando em diversas formas de desigualdade ou exclusão sociais, mesmo quando constituem a maioria numérica de determinada população. São exemplos de minorias sociais, atualmente, negros, indígenas, imigrantes, mulheres, homossexuais, idosos, moradores de vilas (ou favelas), [pessoas com deficiência e pessoas em situação] de rua.

[...]

NOVO, Benigno Núñez. Direito das minorias. Jusbrasil, [s. l.], 2019.

Disponível em: <https://mod.lk/G2cxz>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Texto II

[...]

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas [...].

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita. (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023).

[...]

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023).

[...]

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://mod.lk/qyqLd>. Acesso em: 10 ago. 2024.

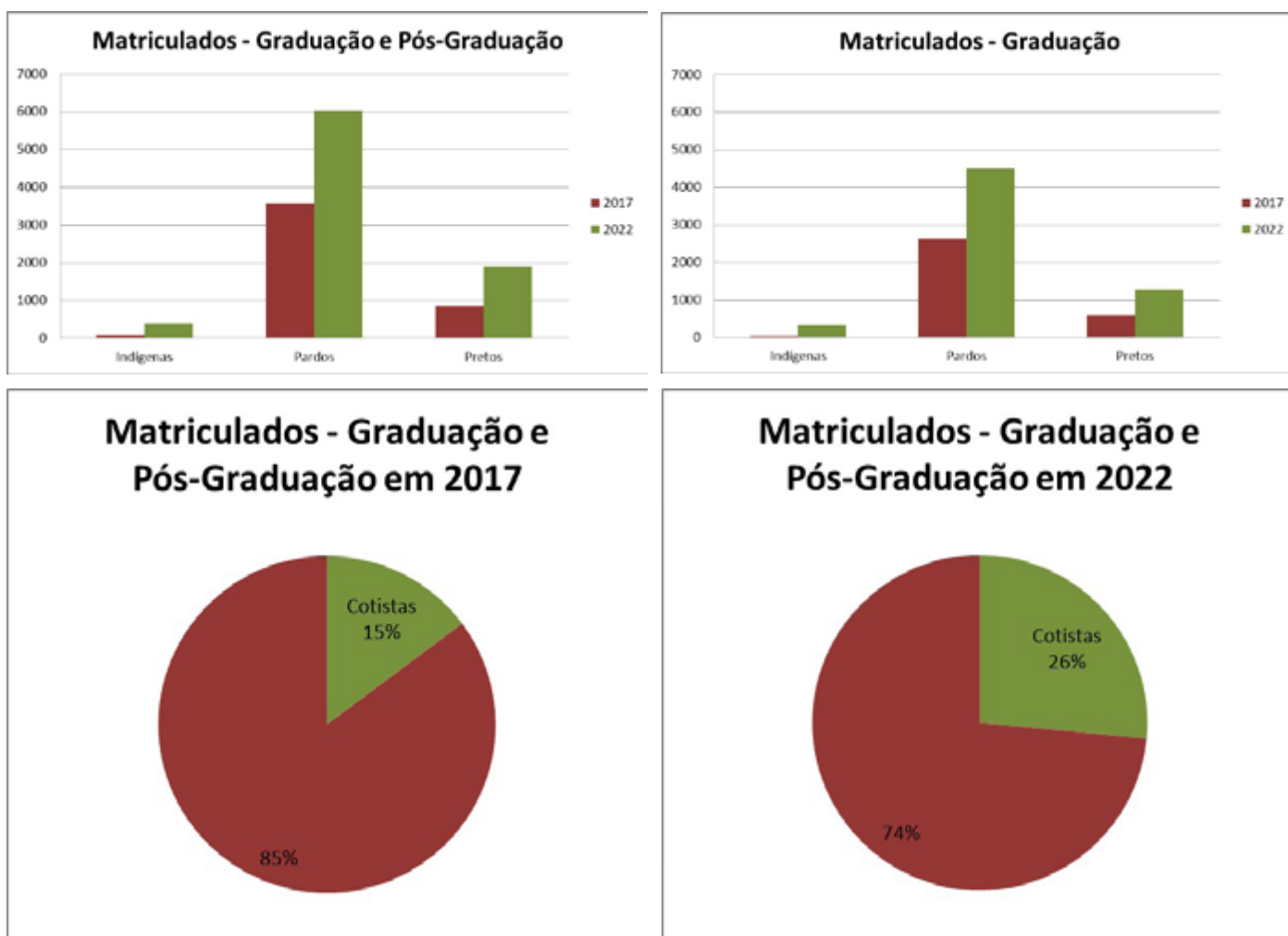
Texto III [...]

Para as famílias mais abastadas, ou familiarizadas com o meio acadêmico, a universidade pode representar somente mais uma etapa da vida escolar. Nesses casos, o curso superior é dado como algo “certo”, ou pelo menos muito provável. No caso das famílias menos abastadas, e em geral negras, a universidade representa um grande feito, já que no seu imaginário ela estava ausente, distante, “pouco provável”. A entrada de um membro dessas famílias no ensino superior e a sua permanência têm dois sentidos: um sentido que é individual e o outro que é grupal, uma vez que ser universitário ou universitária significa a possibilidade de alterações no seu futuro e no meio social em que esse indivíduo circula. Sendo assim, a direção da permanência é única para qualquer dessas famílias, qual seja, durar até o final do curso, mas para a segunda o sentido é duplo.

[...]

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009. p. 69. Disponível em: <https://mod.lk/N9A9K>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Texto IV



Fonte: NUNES, Tote. Número de cotistas aumenta 91% em cinco anos na Unicamp. Jornal da Unicamp, [Campinas], 20 jul. 2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2022/07/20/numero-de-cotistas-aumenta-91-em-cinco-anos-na-unicamp>. Acesso em: 10 ago. 2024.

